

## A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A MOBILIDADE ESTUDANTIL REVERSA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Eduardo Nunes Guimarães<sup>1</sup>  
Vitorino Alves da Silva<sup>2</sup>  
Luiz Bertolucci Júnior<sup>3</sup>  
Ester William Ferreira<sup>4</sup>  
Henrique Ferreira de Souza<sup>5</sup>  
Alanna Santos de Oliveira<sup>6</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Dotar um país com as dimensões continentais do Brasil, onde prevalecem acentuadas diversidades e assimetrias sociais e econômicas, com educação superior de qualidade não é uma tarefa elementar. Mas no período 2003-2012, em particular, foi colocado em prática um conjunto de ações, a um só tempo, com o firme propósito de expandir o sistema de ensino superior federal, interiorizá-lo e dotá-lo de melhores condições de acesso e permanência para os estudantes. Primeiro surgiu uma fase preliminar, denominada de Expansão I, abraçada parcialmente pelas instituições federais de ensino superior (Ifes), que compreendeu o período de 2003 a 2007 e visava, entre seus principais propósitos, interiorizar o ensino superior público federal. Na sequência, em função de uma maior interação entre o governo e os dirigentes das Ifes, foi lançado o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, do governo federal, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Esse pacto de investimentos na educação superior teve como um de seus pilares a expansão e o fortalecimento da educação superior de qualidade em pequenos municípios do interior. Nesse sentido, a proposta deste texto é avaliar como esse programa pode ter interferido na dinâmica demográfica dos pequenos municípios, em particular, provocando uma mudança no padrão da mobilidade estudantil.

---

1. Professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais (Ieri) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail*: <ednunes@ufu.br>.

2. Professor adjunto do Ieri/UFU. *E-mail*: <vitorino@ufu.br>.

3. Economista do Centro de Estudos e Pesquisa e Projetos Econômicos-sociais (Cepes) do Ieri/UFU. *E-mail*: <bertolucci@ufu.br>.

4. Economista do Cepes do Ieri/UFU. *E-mail*: <ewferreira@ufu.br>.

5. Economista do Cepes do Ieri/UFU. *E-mail*: <henriquefsz@ufu.br>.

6. Economista do Cepes do Ieri/UFU. *E-mail*: <allana.santos@ufu.br>.

Segundo Carnoy (2016), entre as grandes economias mundiais com potencial futuro de crescimento e que realizaram esforços de expansão do ensino superior, o Brasil é um dos países que se destacaram na primeira década do século XXI. É inegável que, apesar dos enormes desafios presentes na sua imensa diversidade socioeconômica, cultural e ecológica, quando se toma o cenário internacional como referência, dois importantes atributos de comparação, como o tamanho do território e a magnitude demográfica, fazem do Brasil uma das nações com maior poder potencial (Pinto e Gonçalves, 2015). No quesito territorial, além da vastidão de sua área e da clara diferenciação física e biológica que dão forma aos seus principais biomas, faz-se necessário destacar que ao longo da história predominou uma produção desordenada e desigual do seu espaço, com uma porção centro-sul apresentando indicadores econômicos e sociais tecnicamente mais expressivos e com forte concentração da produção industrial, dos equipamentos de infraestrutura, do mercado de trabalho qualificado e da acumulação de riqueza. No quesito demográfico, destaca-se uma histórica ocupação populacional da extensa franja litorânea e o predomínio de um maior adensamento urbano concentrado próximo de algumas poucas grandes metrópoles e suas extensas periferias. Em torno dessas grandes concentrações urbanas, formaram-se áreas de influência econômica e social, conformando uma rede urbana assimétrica e com funcionalidades hierarquicamente muito diferenciadas.

Para os propósitos deste trabalho, assim como no estudo de Motta (2002a, p. XI), parte-se do entendimento de que a produção do espaço e a própria estruturação do sistema urbano são consideradas como resultantes “de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor”. É mister reconhecer que as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras decorreram de uma particular combinação de especificidades locais/regionais com suas respectivas inserções no plano mais geral da dinâmica macroeconômica e geopolítica nacional. O fenômeno mais geral de expansão das Ifes e o seu surto mais recente são, portanto, mais um elemento desse grande processo em transformação. O objetivo deste estudo é analisar os impactos demográficos e consequentes efeitos socioeconômicos sobre a rede urbana regional, tendo como referência a criação ou ampliação de *campi* e universidades que passaram a fazer parte da dinâmica social das diversas regiões.

A hipótese principal é a de que a expansão e a interiorização do ensino superior representam importante investimento público para fortalecer o papel das pequenas cidades/aglomerações urbanas nas hierarquias regional e nacional, fortemente dominadas pelas grandes regiões metropolitanas (RMs) e suas desordenadas periferias. Como resultado, procura-se evidenciar que, apesar da grande concentração urbana brasileira em torno das trinta maiores aglomerações urbanas e entorno, o processo de fortalecimento de núcleos do interior representa um importante avanço na estruturação

e diversificação da rede urbana intermediária. Os resultados buscam evidenciar que a interiorização do ensino superior amplia os espaços de inclusão da população dos municípios menores e favorece a diversificação das atividades econômicas no interior do país, possibilitando a atração de investimentos com uso de base tecnológica mais moderna e complexa. Conforme apontam Carvalhaes e Ribeiro (2019, p. 193),

o acesso mais universalizado ao ensino superior é fundamental para diminuir as desvantagens de pessoas com origens nos grupos menos privilegiados. A diminuição da desigualdade de acesso ao ensino superior ocorre quando há expansão do número de vagas, que geralmente vem acompanhada da diversificação do sistema de ensino superior, que é o aumento do número de cursos e dos tipos de instituições nesse nível educacional.

Este texto foi dividido em seis seções, incluindo esta breve introdução e as considerações finais. Na segunda seção, realiza-se descrição da proposta de trabalho e do recorte analítico, que permitem analisar a expansão do sistema de Ifes a partir de um recorte de pequenos municípios do interior. Na terceira seção, realiza-se breve contextualização do legado histórico da produção do espaço nacional e da diversidade e assimetria da rede urbana brasileira. A quarta seção dedica-se à apresentação e interpretação dos resultados da expansão das Ifes nos pequenos municípios do interior. Na quinta seção, foram apresentados alguns indicadores sociais e econômicos para complementar a interpretação do impacto da expansão das Ifes no conjunto dos municípios selecionados.

## 2 PROPOSTA DE ESTUDO E RECORTE ANALÍTICO

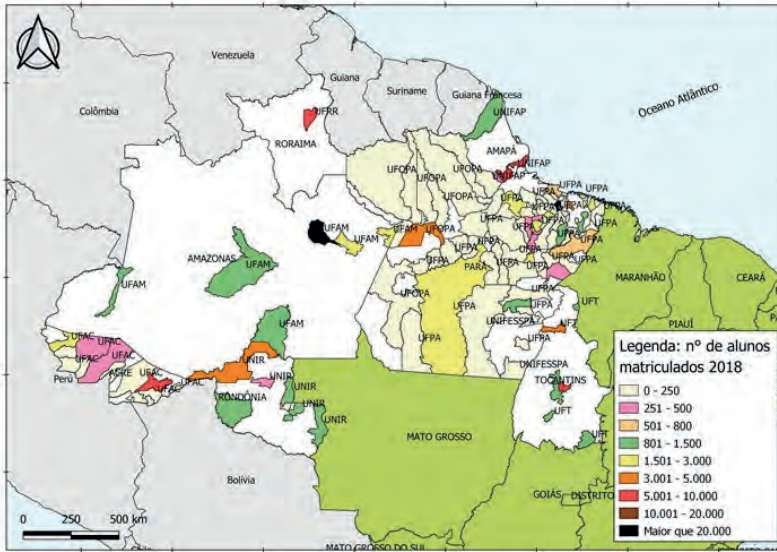
O crescimento do sistema federal de ensino superior abrange dois fenômenos específicos, de grande relevância, com efeitos distintos, embora interligados. O primeiro diz respeito ao processo de expansão do número de vagas e diversificação do número de cursos e áreas de conhecimento. Nesse caso está incluída a elevação dos investimentos em pessoal, infraestrutura e custeio que permitiu o acentuado crescimento do volume de matrículas nas Ifes brasileiras, abrangendo a criação de instituições estritamente novas, outras sob a roupagem de uma nova estrutura institucional e, principalmente, do próprio crescimento das instituições preexistentes. O segundo caso diz respeito à capilaridade territorial destas Ifes para um conjunto de municípios que passaram a contar pela primeira vez com *campus* (cursos superiores/matrículas de graduação) de uma dessas instituições federais. Com base nos dados do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi contabilizada a presença de Ifes em quase 350 diferentes municípios, sem contar a Universidade Brasília (UnB), com diversos *campi* sediados no Distrito Federal (Fonaprace e Andifes, 2019; Inep, 2018). Entretanto, é preciso

observar que algumas Ifes estão presentes em municípios que fazem parte de um mesmo aglomerado urbano, como é o caso dos diversos municípios que formam a grande aglomeração urbana de São Paulo (Santo André, Diadema, Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo) ou do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João do Meriti, Queimados, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Seropédica), entre outros. O fundamental, porém, é que um grande número destes (88,76%) – 308 municípios – forma um grupo de municípios/aglomerações urbanas com população de até 750 mil habitantes (IBGE, 2010). Nesse agrupamento encontram-se apenas dezesseis municípios/aglomerações urbanas com população na faixa de 300 mil a 750 mil. A grande maioria dos casos é representada pelos 68 municípios/aglomerações urbanas com população na faixa de 100 mil a 300 mil, além de um conjunto expressivo de *campi*/cursos/matrículas espalhados por 224 municípios/aglomerações urbanas na escala de tamanho de menos de 100 mil habitantes. Portanto, é inegável que a interiorização das Ifes foi projetada para novas áreas geográficas (municípios ou aglomerados urbanos com menos de 750 mil habitantes) que abarcam um contingente demográfico de aproximadamente 30 milhões de pessoas. Esse volume demográfico é muito mais representativo quando levado em consideração todos aqueles habitantes que residem em municípios nas proximidades desses *campi* e, portanto, também fazem parte do entorno dessa área direta de influência das Ifes do chamado interior.

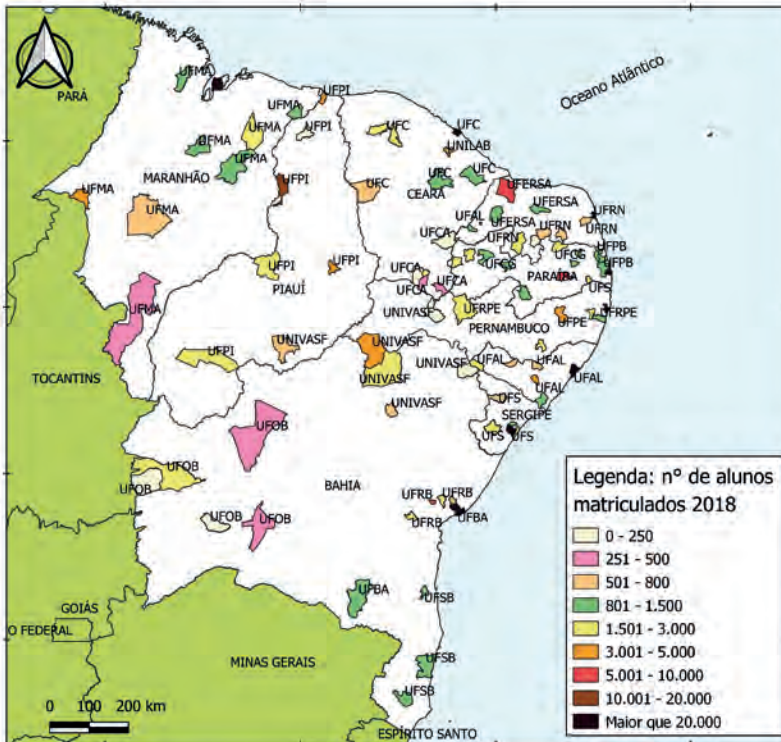
Por sua vez, dada a herança econômica e social brasileira, é fato inconteste que o vasto território do país abriga 26 grandes concentrações urbanas classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), municípios isolados ou aglomerações urbanas, que respondem sozinhas por quase 80 milhões de habitantes (IBGE, 2016; 2010), ou aproximadamente 42% da totalidade da população do país. Portanto, a realidade mostra um legado de um grupo restrito de localidades que abrigam a maior parcela da população e das instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, reforçando o processo de concentração econômica e social. Assim sendo, ainda é notório que os municípios que sediam as Ifes (não incluídos os institutos federais de educação, ciência e tecnologia – Ifets e os centros federais de educação tecnológica – Cefets) com maior volume de estudantes, diversidade de cursos e melhor infraestrutura ainda estejam bastante concentrados no agrupamento das maiores aglomerações urbanas brasileiras. Entretanto, não se pode olvidar que o esforço de investimento implícito na política de expansão interiorizada das Ifes já permite demonstrar que o sistema Ifes, ainda que em grande parte incipiente e com necessidade de investimentos complementares e fomento de longa duração, se encontra capilarizado pelo território nacional e distribuído de norte a sul.

FIGURA 1  
Distribuição das Ifes por municípios e regiões (2018)

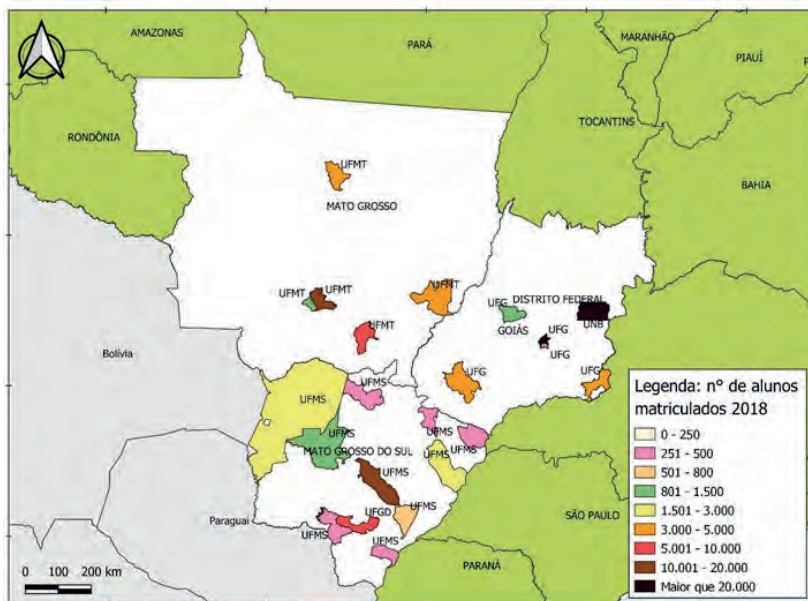
1A – Número de alunos matriculados – Norte



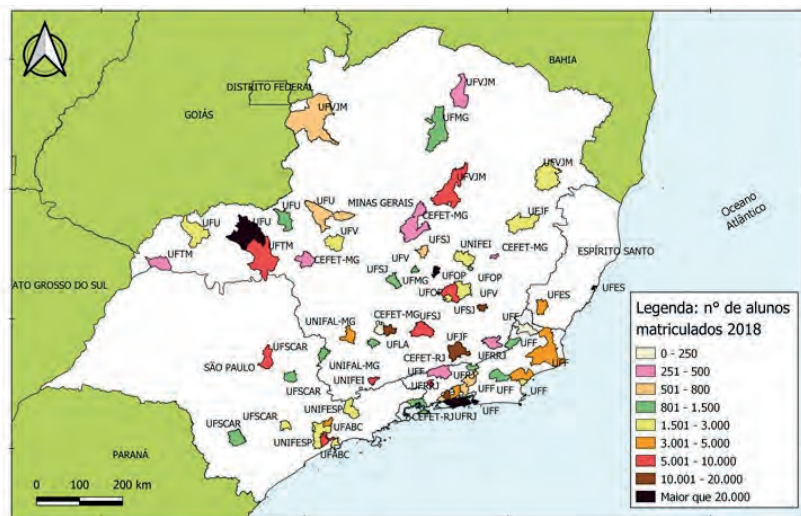
1B – Número de alunos matriculados – Nordeste



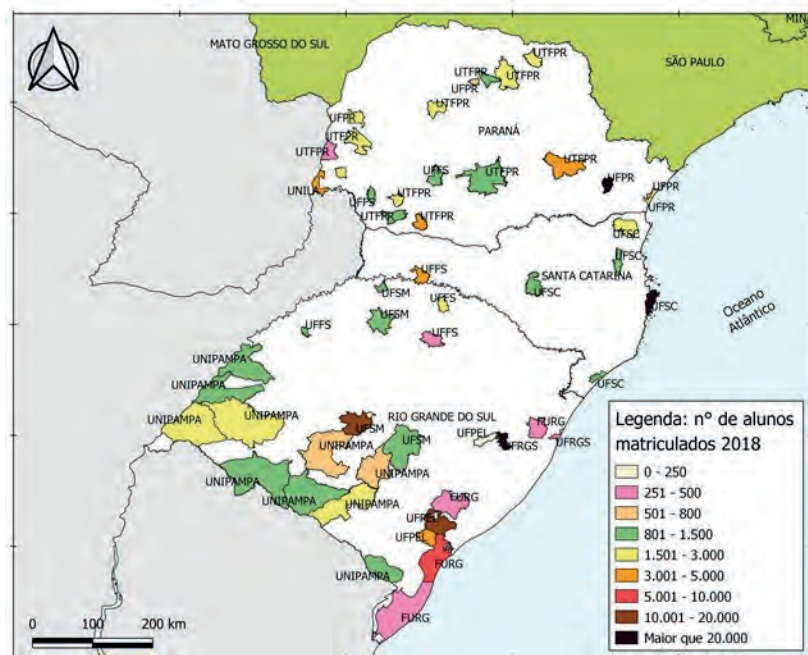
1C – Número de alunos matriculados – Centro-Oeste



1D – Número de alunos matriculados – Sudeste



1E – Número de alunos matriculados – Sul



Fonte: Fonaprace e Andifes (2019).  
Elaboração dos autores.

Analisa-se, portanto, o papel da expansão das universidades federais brasileiras e sua interiorização não só do ponto de vista da ampliação da capacidade de formação de um mercado de trabalho profissionalizado de melhor qualificação no interior, mas também como elemento de fomento das atividades de pesquisa e pós-graduação, que trazem o germe de dialogar e transformar as realidades locais/regionais. Ou seja, a proposta é lançar luz sobre os efeitos da recente expansão das Ifes e provocar uma discussão sobre a possível contribuição no seu entorno geográfico imediato.

A metodologia de abordagem espacial aqui empregada utiliza o município onde estão localizados os *campi* como unidade geográfica de referência, recortado por tamanho demográfico e quantidade de alunos matriculados, seja na sua condição de núcleo urbano unitário ou arranjo urbano.<sup>7</sup> Em alguns casos, foi detectada a presença de um ou mais *campi* de uma única Ifes ou de duas ou mais Ifes no mesmo município ou no conjunto de municípios que formam um determinado arranjo urbano. Nesse sentido, a análise aqui empregada não se pautou especificamente

7. Para essa classificação, foi utilizada como referência a pesquisa do IBGE (2016).

pelas respostas agregadas por Ifes, mas pelo conjunto de estudantes e seu perfil nos respectivos espaços municipais ou arranjos demográficos urbanos. Ou seja, este estudo não está analisando a especificidade, singularidade ou particularidade das características das Ifes, mas da sua presença em determinados contextos de urbanização e distribuição espacial na rede urbana brasileira.

A evolução dos indicadores de ensino é comparada com indicadores estatísticos de transformação demográfica e mobilidade espacial para demonstrar o impacto na rede urbana regional da expansão do ensino superior. Para tanto, este trabalho investiga a dinâmica demográfica dos pequenos municípios (com menos de 150 mil habitantes em 2010) e que não fazem parte das grandes aglomerações (IBGE, 2016), aquelas com população total superior a 750 mil habitantes. O recorte demográfico se justifica em função da hierarquia funcional urbana, ou seja, no caso dos municípios maiores, com volume demográfico superior a 150 mil habitantes, espera-se que a diversidade e complexidade das atividades econômicas e das oportunidades sociais já sejam mais acentuadas e, conseqüentemente, embora a presença de Ifes seja relevante, a mensuração do seu impacto se torna menos objetiva e direta. Mantendo preocupação semelhante quanto à possibilidade de avaliar o impacto das Ifes, também foram selecionados apenas os municípios onde o volume de matrículas em 2018 superava um valor mínimo de 750 alunos, haja vista a preocupação em evidenciar o quanto essas comunidades foram diretamente impactadas pela presença e proximidade de Ifes. O resultado foi a seleção de uma amostra de 110 municípios, de todas as regiões do país, na sua maioria classificados pelo IBGE (2016) como municípios isolados e fora da área de influência direta dos grandes centros nacionais. Como pano fundo da pesquisa, também foi realizada uma análise descritiva dos dados censitários populacionais de 2000 e 2010, verificando a dinâmica da mobilidade migratória e as taxas de crescimento populacional. De igual modo, também foi verificada a intensidade dessa mobilidade por educação, analisando a condição do município em relação à sua rede urbana regional e área de influência.

Partindo da consideração de que o sistema de Ifes implementou um Sistema de Seleção Unificado (Sisu) a partir de 2010, foi realizada uma análise de recorte regional da área de influência dos municípios em relação ao local de nascimento dos estudantes com matrículas ativas para avaliar uma possível maior mobilidade de estudantes pelo território em busca de vagas nos diversos cursos. O propósito dessa ação foi verificar o possível impacto do Sisu sobre o deslocamento dos estudantes pelo território. O entendimento subjacente é o de que esse fenômeno poderia, em algum grau, anular o esforço de interiorização enquanto proposta para ampliar oportunidades para as áreas e rede urbana fora dos grandes centros. Nesse caso, um possível argumento seria que a interiorização das Ifes geraria um efeito econômico positivo (Vinhais, 2013; Niquito, Ribeiro e Portugal, 2018) no seu entorno, mas



não puderam avaliar se, devido à mobilidade dos estudantes, poderia não beneficiar os moradores da rede urbana regional, em termos de melhores condições efetivas de acesso ao ensino superior.

Além do recorte da amostra de municípios também foi necessário delimitar o período histórico de referência. Conforme visto, o sistema de Ifes sempre esteve em expansão e preocupado em ofertar oportunidades no interior. Mas foi notadamente no período recente (pós-2003) que a interação entre universidades e governo federal forjou um novo e arrojado projeto de ampliação do sistema Ifes com nítida priorização dos esforços de projeção para o interior. Primeiro, surgiu uma fase preliminar, denominada expansão I, abraçada parcialmente pelas Ifes, que compreendeu o período de 2003 a 2007 e visava, entre seus principais propósitos, interiorizar o ensino superior público federal. Naquele momento ainda não estavam muito claras para as comunidades universitárias as dotações orçamentárias para o projeto e, nesse sentido, muitas Ifes ainda viam com receio e restrições a adoção de tais medidas, haja vista o legado de grandes dificuldades financeiras e de pessoal enfrentadas pelo sistema de ensino superior federal no período 1998-2002.

Esse cenário ganhou novos contornos com o lançamento subsequente do Reuni, programa do governo federal. Ainda com algumas resistências internas na comunidade universitária, esse novo programa tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e a permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais e acenava com a clara possibilidade de criação de novos *campi* para o interior.

Desse modo, além de um reforço na dotação orçamentária que fez crescer o volume de recursos para custeio e investimento nas Ifes, a política governamental para a educação superior autorizou a contratação de novos docentes e técnicos administrativos, bem como readequou a estrutura de cargos. Em 2010, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes (até 2012, parte do Reuni era destinado à assistência estudantil). Em 2011, criou-se o Banco de Professor-equivalente (BPEq); ampliou-se o volume de bolsas de pesquisa; criaram-se os sistemas de seleção e ingresso (Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e Sisue); criou-se uma política de cotas para estudantes de escolas públicas, com recorte de renda, cor e descendência indígena, enfim, uma grande transformação foi provocada no ensino superior federal, resultando assim na ampliação de cursos, vagas, novos *campi* e novas universidades que passaram a fazer parte da dinâmica da rede urbana nas diversas regiões. Portanto, o período de análise é o recorte entre 2000 e 2018, procurando evidenciar como uma expansão contínua, mas diferenciada e não homogênea para o período 2003-2014, pode revelar seus efeitos sobre a dinâmica econômica e social dos municípios pequenos do interior.

A proposta, portanto, foi regionalizar o perfil dos graduandos por sua distribuição espacial em nucleações urbanas e áreas de influência na rede urbana regional. Tem-se ciência que a diversidade de cursos de graduação implantados em cada localidade, juntamente com seus respectivos prestígios sociais e em consonância com o histórico de cada instituição, pode apresentar influências sobre os resultados encontrados, o que exige ponderações e poderá ser objeto de avaliação em trabalhos subsequentes, tendo por referência uma análise específica de cada caso. Mas dadas as limitações e o propósito de realizar uma análise regionalizada do processo de expansão e do perfil do sistema de Ifes em seu conjunto, optou-se pela análise de sua distribuição espacial na rede urbana brasileira.<sup>8</sup>

### 3 O LEGADO HISTÓRICO DA DIVERSIDADE DA REDE URBANA NACIONAL

Conforme Cano (1985), desde os primórdios da colonização até a década de 1930, período marcado pela predominância dos ciclos econômicos primazes (açúcar, ouro, café e borracha), é possível notar a diferenciação da economia regional brasileira, marcada pelo dinamismo próprio de suas estruturas produtivas principais e secundárias, e caracterizada pela frágil e muitas vezes pontual integração das trocas inter-regionais. Nesse contexto, embora estruturas produtivas secundárias (pecuária, algodão, arroz, cacau, charque, fumo etc.) tenham assumido grande relevância no plano local e/ou regional para explicar o dinamismo econômico e demográfico particular de cada espaço nos seus respectivos contextos históricos, foi a partir do ciclo do café mercantil e/ou capitalista e dos seus estímulos à nascente indústria nacional, no denominado “complexo econômico cafeeiro paulista”, que, conforme nos ensina Furtado (1962), ganhou forma e sentido o mercado nacional. Assim sendo, a partir da década de 1930, pode-se falar de uma integração propriamente dita do mercado interno brasileiro, que ganha evidência e importância econômica com o avanço da integração comercial e subsequente integração produtiva levadas a cabo a partir de um complexo econômico regional particular, a cafeicultura assalariada de exportação nucleada no território paulista.

A partir dessa nascente indústria regional, posteriormente transformada no epicentro da diversificada industrialização brasileira e nascida como um projeto de substituição de importações, foram criadas as bases do notável processo de concentração econômica e industrial no território paulista. Ou seja, desde meados do século XX, a economia paulista não só responde pela maior fatia do produto interno bruto (PIB) brasileiro, mas também passa a funcionar como núcleo de polarização das atividades mais dinâmicas da economia nacional e em torno do qual foram formados, segundo Diniz (1993), os denominados “polígonos de desenvolvimento”. Conforme destacado pelos chamados clássicos da teoria do

---

8. Uma importante referência nessa discussão é a publicação organizada por Motta (2002a; 2002b; 2002c).

desenvolvimento regional (Perroux, 1950; 1966; Hirschman, 1961; Myrdal, 1972), o desenvolvimento não ocorre em todas as áreas nem ao mesmo tempo, ou seja, ele acontece em pontos específicos que se transformam em áreas de polarização, em nódulos, cujo entorno pode ser delineado por sua área de influência ou polarização. Assim, a observação espacial do caso brasileiro revela importante legado dos principais ciclos econômicos e suas economias secundárias, que ajudam a explicar a diversidade econômica e demográfica regional no território e, principalmente, chamam atenção para a formação do mercado interno e, conforme apontado nos estudos do IBGE (1987; 2000a; 2008) e Motta (2002c), revelam a centralidade da economia paulista e da área urbanizada da grande São Paulo na hierarquia da rede urbana nacional.

O avanço da centralidade paulista fez surgir um movimento político de defesa dos interesses regionalistas – a emergência da questão regional na agenda pública – que passaram a reivindicar junto ao Estado um conjunto de políticas voltadas ao desenvolvimento das diversas regiões, em especial das mais atrasadas. Entre essas ações, ganharam destaque, a título de exemplo, os programas de subsídio fiscal (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e Zona Franca de Manaus – ZFM), a criação dos bancos regionais de fomento (Banco do Nordeste – BNB, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Banco da Amazônia – Basa), a criação das agências de desenvolvimento regional e os diversos programas de combate à seca e, principalmente, a política de desenvolvimento regional dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II (década de 1970), que promoveram investimentos em infraestrutura e plantas industriais de grande impacto, ajudando assim a dar números claros no processo de desconcentração econômica no território nacional. Outra preocupação que também passou a frequentar as pautas da agenda política a partir de meados dos anos 1950 foi a interiorização dos *campi* universitários. Política esta que só foi definitivamente formalizada nos documentos oficiais da década de 1970. Segundo Freitag (1986, p. 103), observando a política educacional no II Plano Setorial de Educação e Cultura, denominado Plano Quinquenal do governo federal de 1975 a 1979 (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social), fica estabelecida a intenção de implantar e expandir os *campi* universitários por todo o país, como forma de qualificar a mão de obra e cumprir com o propósito de promover mais desenvolvimento econômico nacional. Entretanto, não bastasse a defasagem no número de oferta de cursos e vagas no ensino federal público, vislumbrado nas diversas demandas de comunidades locais e regionais, é mister reconhecer que o sistema ainda estava muito aquém de enfrentar o inegável gargalo da desigualdade das condições de acesso e permanência nas universidades. Para além das declaradas intenções da política governamental, propostas na segunda metade dos anos 1970, fica claro que a crise do financiamento externo, acrescida

da crise mundial do petróleo, do descontrole dos preços internos e do conseqüente impacto das políticas de ajustes macroeconômico, teve resultado negativo sobre a expansão e o funcionamento do sistema das Ifes e também no conjunto do sistema de educação pública. Nesse sentido, além do pequeno avanço na expansão do sistema das Ifes no período 1975-2001, nota-se que a escola pública de ensino fundamental e médio começa, já naquele período, a enfrentar recorrentes dificuldades de financiamento e valorização dos seus profissionais, levando à gradativa perda de qualidade e significativa estratificação social. O desinvestimento relativo nesses níveis de ensino, em momento de vertiginoso crescimento demográfico e de urbanização do país, levou a maior descompasso entre a oferta de ensino superior de qualidade e as aviltantes condições de acesso para as camadas menos favorecidas da sociedade, formadas na sua grande maioria nas escolas públicas, favorecendo as forças de alargamento do fosso social, conforme o círculo vicioso da pobreza de Hirschman (1961).

Em consonância com as transformações econômicas, sociais e políticas observou-se no Brasil do pós-Guerra o avanço do ritmo de crescimento demográfico e a intensificação das migrações internas, incluindo os fenômenos do êxodo rural e da crescente urbanização. Segundo Pacheco e Patarra (1997, p. 40-43), os processos migratórios começaram bastante diversificados nos anos 1940 e 1950, compreendendo, além das migrações para as cidades e dos movimentos inter-regionais, um movimento em direção às fronteiras agrícolas e aqueles motivados por oportunidades sazonais de emprego. A partir do fim dos anos 1950, ganharam força as migrações rurais-urbanas e os fluxos inter-regionais. Por um lado, a força econômica do centro-sul fez acelerar a migração interestadual das antigas áreas de ocupação (estados do Nordeste e Minas Gerais) em direção às novas áreas de industrialização de São Paulo, capital e centros do interior, por outro, o avanço das novas formas de ocupação do campo aumentou o êxodo rural. Nesse período, conforme apontado, florescia um conjunto de investimentos públicos descentralizados que ajudaram na realocação da dinâmica migratória e impulsionaram uma acelerada urbanização. Entretanto, já era possível observar que o crescimento não era generalizado em todo o território, ficando circunscrito a um número limitado de municípios, notadamente aqueles mais diretamente beneficiados pelos novos investimentos, que passaram a cumprir funções estratégicas na nova estrutura produtiva nacional e nas suas respectivas redes urbanas regionais. Esse é o caso das novas e velhas capitais estaduais que concentraram grande parte dos investimentos e aparatos públicos de gestão, incluindo o eixo interiorano formado pelas jovens capitais de Goiás e do Distrito Federal.

O período entre 1950 e 1970, segundo Berquó (2001) e Camarano, Kanso e Fernandes (2014), foi marcado pelas maiores taxas de crescimento geométrico da população (entre 1950 e 1960, aumentou 3,0%; e entre 1960 e 1970, 2,9%),

já não mais explicadas pelo influxo externo, como no fim do século XIX e nas duas primeiras décadas dos anos 1900, mas decorrentes da queda da mortalidade e do avanço da expectativa média de vida. A partir dos anos 1970, o ritmo de crescimento demográfico desacelera como consequência das marcantes quedas na fecundidade e na natalidade, embora a mortalidade tenha diminuído e a esperança média de vida tenha se elevado. E considerando que o saldo migratório internacional do Brasil tenha se tornado negativo nas décadas finais do século XX, pode-se inferir que os saldos migratórios intermunicipais e inter-regionais tenham se transformado na principal base de explicação da espiral de crescimento demográfico de algumas poucas e adensadas áreas urbanas do país, notadamente as principais cidades-polo das redes urbanas regionais e as grandes aglomerações urbanas das capitais político-administrativas.

Tendo por base esse panorama espacial da estrutura econômica e demográfica da rede urbana nacional, a proposta deste capítulo é analisar a expansão das Ifes para os municípios do interior, procurando destacar como esse processo pode ter afetado a mobilidade estudantil, considerando a criação de novos cursos e consequente ampliação de vagas, bem como apontar possíveis tendências sobre a dinâmica demográfica e econômica desses municípios. Além da criação de cursos e expansão de vagas, também é fundamental considerar que políticas específicas do Ministério da Educação (MEC) para o ensino superior, como a adoção de um programa de assistência estudantil (Pnaes) e a implantação de um novo sistema nacional de ingresso (Enem/Sisu), que envolve uma política de cotas para estudantes de escolas públicas, com recorte de renda, cor e descendência indígena, são entendidos como elementos fundantes de um novo sistema de geração de oportunidades e inclusão social.

Assim sendo, tendo por referência a *V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) da Ifes – 2018* constata-se que nas primeiras décadas do século XXI ocorreu uma

significativa expansão de vagas e instituições federais de ensino superior. No período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260% no número de vagas ofertadas (...). Foram criadas 18 novas Ifes no período de 2005 a 2017 (...). Em termos de novos *campi* abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 408 em 2017 (Fonprace e Andifes, 2019, p. 15-16).

Sendo assim, a proposta deste texto é mostrar que não se trata de uma expansão qualquer, pois o sistema de Ifes no Brasil, em particular, observado a partir de sua distribuição espacial de referência do ano de 2018, revela que o processo de interiorização dos *campi* universitários federais ampliou enormemente a área de cobertura no território nacional. Nesse sentido, já não condiz com a realidade nacional uma distribuição predominantemente circunscrita às grandes metrópoles, capitais estaduais

e suas grandes aglomerações urbanas (aquelas com mais de 750 mil habitantes). O propósito aqui é avaliar o caso concreto da presença de Ifes em pequenos municípios segundo a proposta de Myrdal (1972, p. 58) e os assim denominados “efeitos propulsores”. Ou seja, o impacto sobre o desenvolvimento local/regional decorrente de melhorias na infraestrutura e na oferta de “padrões educacionais mais elevados e uma comunhão mais dinâmica de ideias e valores” (*idem, ibidem*).

Mesmo considerando o ainda pequeno intervalo de tempo transcorrido em grande parte dos casos e estando ciente da importância de levar em consideração a especificidade da inserção e do papel de cada município no contexto da sua rede urbana regional, o objetivo deste estudo é lançar ideias sobre os impactos na mobilidade social do entorno da rede urbana dos pequenos municípios, partindo da criação ou da ampliação de *campi* e universidades que passaram a fazer parte da dinâmica social de diversas regiões. Como se sabe, conforme Camarano (2014, p. 43), a literatura apresenta visões diferenciadas sobre o impacto de fatores demográficos no desenvolvimento econômico, mas reconhece que existem importantes relações conectando a estrutura demográfica com a dinâmica do desenvolvimento de uma sociedade. No mesmo sentido, os clássicos da teoria do desenvolvimento regional já citados advogam que a prosperidade econômica de uma localidade ou região é fator decisivo na atração de influxos migratórios, fazendo com que os municípios que desempenham a função de polos de desenvolvimento econômico também sejam entendidos como principais receptores potenciais dos fluxos migratórios. E mais do que simples receptores quantitativos de migrantes, eles destacam que os referidos polos funcionam como receptores de influxos de pessoas em idade ativa, motivados por interesses de trabalho e educação.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos municípios é o saldo migratório negativo e o envelhecimento da população, gerando estagnação ou regressão relativa. Conforme Myrdal (1972, p. 53), “a migração, o movimento de capital e o comércio são, antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve”. Assim sendo, o propósito deste trabalho é mostrar que a expansão e interiorização das Ifes para os pequenos municípios pode oferecer oportunidades de inserção à sua população jovem, seja com oportunidades de trabalho, seja com boas condições de educação.

#### **4 MOBILIDADE ESTUDANTIL E EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS IFES**

Considerando os objetivos desta pesquisa, foram selecionados 110 municípios das diversas regiões do país, que apresentaram um volume de matrículas em 2018 com mais de 750 alunos efetivos na graduação presencial e população total inferior a 150 mil habitantes em 2010. Procurou-se selecionar basicamente municípios que não fazem parte de nenhum grande aglomerado urbano. Assim, poucos casos de

municípios que fazem parte de arranjos demográficos e foram incluídos na amostra certamente não formam aglomerados urbanos com contingentes populacionais superiores ao recorte estabelecido. No caso do recorte pelo número de matrículas nas Ifes, apenas dois municípios não atenderam ao piso mínimo de 750 alunos matriculados em 2018 (Pontal do Paraná e Acarape). Mas considerando que fazem parte de pequenos arranjos demográficos que incluem outras matrículas na concentração urbana, foi decidido pela inclusão dos municípios, sem prejuízo dos resultados. A relação dos municípios selecionados para este estudo encontra-se apresentada na tabela 4.

A data de início das atividades das Ifes nesses municípios é bastante diferenciada, e a oferta de cursos e arranjos regionais também é significativamente diversificada. Nesse sentido, a proposta de análise não se preocupou em revelar características específicas de cada município, haja vista que exigiria explicar as diversas singularidades e, particularmente, o papel de cada município na sua rede urbana regional, além das diferenças próprias das distintas redes urbanas regionais. Assim sendo, o caminho escolhido foi analisar a amostra por grandes agregados, procurando identificar possíveis padrões nos resultados. O conjunto desses 110 municípios de pequeno porte perfaz uma população total, em 2010, de 7.388.355 habitantes e, no período de referência (2000-2018), claramente experimentaram acelerada ampliação de oportunidades, com investimentos na expansão do setor educacional superior.

TABELA 1  
Matrículas presenciais na graduação por unidade administrativa e no total

Anos	Ifes	Ifes no total (%)	IES estaduais e municipais	IES privadas	Privadas no total (%)	Total
1991	9.077	15,42	19.772	30.022	51,00	<b>58.871</b>
1993	10.862	18,00	21.204	28.266	46,85	<b>60.332</b>
1994	14.543	22,70	20.477	29.054	45,34	<b>64.074</b>
1995	14.466	20,92	19.478	35.212	50,92	<b>69.156</b>
1998	17.927	20,87	29.573	38.395	44,70	<b>85.895</b>
2000	25.756	22,25	38.567	51.413	44,42	<b>115.736</b>
2001	27.535	21,58	41.356	58.679	46,00	<b>127.570</b>
2002	38.436	24,85	44.642	71.573	46,28	<b>154.651</b>
2005	46.660	24,55	40.452	102.977	54,17	<b>190.089</b>
2008	66.672	27,45	48.043	128.174	52,77	<b>242.889</b>
2010	112.795	39,55	42.766	129.671	45,46	<b>285.232</b>
2018	191.607	46,91	49.378	167.469	41,00	<b>408.454</b>

Fonte: Inep (2018).  
Elaboração dos autores.  
Obs.: Excluídos os cursos tecnológicos.

Observando os resultados, pode-se notar que o conjunto das matrículas crescerem lentamente nos anos 1990 e aceleraram na primeira década do século XXI. Nos anos 1990, o sistema quase dobrou de tamanho, mas foi na primeira década deste século que, em função do forte impulso dado à expansão das Ifes, cujas matrículas cresceram 337,9% entre 2000 e 2010, e do crescimento de 152,2% do setor privado, ocorreu a maior expansão do ensino superior nos pequenos municípios, conforme amostra. O caso das IES públicas não federais (estaduais, municipais e especiais) é singular, pois tiveram o melhor desempenho entre 1995 e 2002, com crescimento de 129,2%, quando ocuparam importante lacuna no sistema educacional superior e, com certeza, ajudaram a pavimentar as bases do crescimento das Ifes nessas localidades. Entretanto, o papel das IES públicas estaduais e municipais apresentou menor capilaridade, dado que essas IES ficaram predominantemente restritas a um grupo reduzido de municípios. A partir de 2001, algumas dessas IES públicas começaram a ser transformadas em Ifes e, assim, sua presença e participação nas pequenas cidades reduziu de importância entre 2008 e 2010, apresentando pequena recuperação no fim da década. Em 2018, o setor das Ifes respondia por aproximadamente 46,91%, enquanto o setor privado vinha logo em seguida com 41% do total de matrículas, restando às IES públicas não federais pouco mais de 10% de participação no ensino de graduação presencial.

Observa-se, portanto, que embora o ensino de graduação presencial tenha evoluído bastante nos pequenos municípios, especialmente entre 1995 e 2010, cada modelo administrativo teve uma temporalidade distinta. Enquanto o segmento de IES públicas não federais deu sua maior contribuição no período de 1995 a 2001, as instituições privadas avançaram mais de 1995 a 2008, enquanto as Ifes tiveram maior desempenho entre 2002 e 2010. Embora os dados apresentados não revelem, na verdade, o sistema das Ifes continuou expandindo suas matrículas fortemente até 2015, como desdobramento de cursos criados nos primeiros anos da década de 2010. A partir de 2015, o governo federal encerra um ciclo de crescimento no orçamento das Ifes e o sistema vai lentamente se acomodando. Um fator que merece destaque é a maior participação das matrículas das Ifes neste grupo de pequenos municípios, demonstrando sua grande importância na transformação das realidades locais e regionais. Enquanto no conjunto do país o sistema de Ifes responde por apenas um quarto das matrículas totais do ensino de graduação. Neste agrupamento, computou-se participação de quase 50%. Entretanto, é preciso ressaltar que esta pesquisa não considera os cursos a distância que cresceram de forma exponencial na última década e são ofertados principalmente na rede privada.



TABELA 2  
Matrículas no ensino superior

Anos	População total	Ifes (%)	Privadas (%)	Total (%)
1991	6.024.123	0,151	0,498	<b>0,977</b>
2000	6.489.522	0,397	0,792	<b>1,783</b>
2010	7.325.869	1,540	1,770	<b>3,893</b>
2018	8.010.741	2,392	2,091	<b>5,099</b>

Fonte: Inep (2018).

Elaboração dos autores.

Obs.: Excluídos cursos tecnológicos.

Os dados apresentados na tabela 2 revelam que o impulso dado aos cursos superiores nesse grupo de municípios ajudou a mudar a proporção do *deficit* de ensino superior nessas localidades e no entorno. Enquanto as matrículas ativas nas Ifes representavam apenas 0,151% em 1991, chegando, na sua totalidade, somando todas as matrículas nas IES (públicas e privadas), a responder por menos de 1% de participação do total da população, essa proporção demonstrou grande avanço no período. Em 2018, observou-se que a participação das Ifes ascendeu a 2,39%, e o total atingiu quase 5% do volume imediato de habitantes daquelas localidades, demonstrando um crescimento relativo muito mais expressivo que o já importante crescimento absoluto. Aliás, esse dado ajuda a desmistificar a falsa ideia de que a implantação do sistema de cotas teria ocorrido em detrimento da oferta de vagas na modalidade denominada de “ampla concorrência”.<sup>9</sup> Observa-se assim que o sistema de cotas foi introduzido no contexto de grande expansão das oportunidades de novos cursos e novas vagas abertas nos sistemas de ensino superior público e privado, com farta base estatística de comprovação (Inep, 2018). Portanto, embora as cotas funcionem como reservas de uma fração da totalidade absoluta das vagas ofertadas, na prática, o inquestionável crescimento absoluto das oportunidades criadas pela expansão e a própria interiorização do sistema também promoveram o crescimento absoluto da oferta de opções para aqueles que se classificam na denominada categoria de “ampla concorrência”. Assim sendo, a expressiva expansão do sistema, concentrada em um curto espaço de tempo, associada à introdução das políticas de cotas e ao Pnae e voltada para assegurar a permanência nas Ifes àqueles alunos de baixa renda, viabilizou mais acesso ao ensino superior de camadas antes excluídas. Conforme dados do Fonaprace e Andifes (2019), cada vez mais as Ifes

9. Nome pomposo que remeteria a uma falsa meritocracia, haja vista a enorme assimetria do sistema educacional brasileiro e as inúmeras vantagens reservadas àqueles que puderam frequentar boas escolas, que em geral não estão acessíveis à grande maioria da população. Segundo Carnoy (2016), no Brasil, assim como em outros países dos BRICS (grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), são encontradas grandes diferenças de qualidade entre instituições de ensino secundário, resultando em desigualdade de oportunidades para admissão em faculdades e instituições seletivas.

estão sendo frequentadas por pessoas com rendimento médio familiar *per capita* de até 3 salários mínimos (SMs) e que se declaram pardos e pretos.

Na outra ponta dessa discussão, aparece o debate acerca dos efeitos da implantação do Enem/Sisu que poderia prejudicar o acesso ao ensino superior das populações residentes nas cidades interioranas, uma vez que estudantes de diversas localidades poderiam se inscrever nas vagas ofertadas desses municípios, anulando com isso parte dos efeitos positivos dos esforços de interiorização das Ifes. Ainda que alguns cursos, com mais concorrência e prestígio social, apresentem potencial de atrair estudantes de diferentes regiões e também aqueles mais bem preparados nas melhores escolas dos grandes centros, nossa hipótese é a de que, na prática, esse não é um fator com potencial de anular as oportunidades de inserção geradas pelo processo de expansão e interiorização das Ifes. O argumento se baseia em dois aspectos principais. Primeiro, aqueles indivíduos que habitam os grandes centros e as áreas mais desenvolvidas do país, com maior poder de consumo e *status* social, apresentam certa fricção espacial para se deslocarem para localidades menos desenvolvidas do país, notadamente ao interior e, em particular, para as suas pequenas cidades, cuja hierarquia funcional urbana é bastante restrita de bens e serviços próprios do cotidiano de consumo desse segmento social. Portanto, com base nesse argumento, espera-se que o deslocamento aconteça, mas relativamente restrito, em ordem decrescente, em direção às principais capitais do país e para alguns de seus polos interioranos mais desenvolvidos, predominantemente localizados no centro-sul do país e para aquelas Ifes de grande renome e reconhecimento social e científico. O segundo aspecto é de ordem econômica. Considerando os custos envolvidos no deslocamento para frequentar um curso superior, advoga-se que uma parcela representativa da sociedade, com rendimentos médios *per capita* de até 5 SMs, priorizem estudar na localidade de residência ou nas suas imediações, restringindo uma maior mobilidade espacial. Esse fator é proporcionalmente mais acentuado para aqueles que entraram nas Ifes por meio de cotas, que além da oportunidade de acesso ao ensino superior, proveniente da expansão e interiorização das Ifes, passam a concorrer naquelas instituições situadas próximas do seu local de moradia.

Para tentar comprovar essa assertiva, foi realizado um cruzamento de informações específicos entre o local de nascimento dos estudantes matriculados nas IES e o município onde estudam. Na verdade, essa não é a melhor informação, considerando que entre o nascimento e a idade de acesso ao ensino superior o indivíduo e seu grupo familiar pode ter realizado migrações por diversos motivos. Entretanto, levando-se em conta que os menores municípios são aqueles com maior dificuldade de atrair migrantes, pois, em geral as migrações ocorrem predominantemente para as grandes aglomerações urbanas e principais cidades-polo das redes urbanas regionais, pode-se inferir que municípios com até 150 mil habitantes abriguem populações predominantemente naturais do local e do entorno próximo.

Obviamente que essa generalização não corresponde aos casos específicos de municípios localizados nas regiões de fronteira agropecuária e mineral, que apresentam grandes saldos migratórios positivos, oriundos de diversas partes do país.

Na tabela 3, são apresentados os resultados dos cruzamentos de informações de naturalidade e local de nascimento. Considerando que os dados não são preenchidos na sua totalidade pelos informantes e pelo pessoal responsável nas instituições, em grande parte dos municípios/Ifes, realizou-se um recorte apenas para aqueles municípios com índice de respostas superior a 50% do total de matriculados efetivos.<sup>10</sup> Outro procedimento adotado foi realizar uma ampliação gradativa da área de referência da natalidade dos informantes, o que ajudou a reforçar a importância das Ifes nas suas áreas de influência regional. O problema encontrado nesse cruzamento de dados foi a restrição territorial da forma de apresentação das informações. Assim sendo, foram utilizados recortes segundo as nomenclaturas de microrregiões e macrorregiões do IBGE, mesmo tendo consciência que estas ficam restritas aos limites internos dos territórios estaduais. Sendo assim, observa-se que muitos municípios localizados próximos dos limites territoriais dos seus estados inserem-se em uma dinâmica regional que extrapola tais limites e, por isso, sua rede urbana regional de influência, conforme registrado por Perroux (1950), não está contida nos limites desses territórios.

TABELA 3  
Local de nascimento dos matriculados nas Ifes (2010 e 2018)  
(Em %)

	2010	2018
	Alunos matriculados com informação (%)	
Município de nascimento não é o mesmo do <i>campus</i> onde está matriculado	70,71	73,22
Município de nascimento é o mesmo do <i>campus</i> onde está matriculado	29,29	26,78
Microrregião de nascimento não é a mesma do <i>campus</i> onde está matriculado	59,76	60,93
Microrregião de nascimento é a mesma do <i>campus</i> onde está matriculado	40,24	39,07
Macrorregião de nascimento não é a mesma do <i>campus</i> onde está matriculado	47,46	48,87
Macrorregião de nascimento é a mesma do <i>campus</i> onde está matriculado	52,54	51,13

Fonte: Inep (2018).  
Elaboração dos autores.

Os resultados encontrados revelam que à medida que é expandida a base de recorte do entorno regional da localização do *campus* ou do curso das Ifes, maior passa a ser a presença de alunos matriculados que informaram como local de natalidade um município daquele entorno. Portanto, se for levado em

10. Mesmo no caso dos municípios com pequeno volume de informações, os cálculos revelaram indicadores muito semelhantes, reforçando a confiabilidade das informações.

consideração que municípios situados próximos aos limites territoriais dos seus estados apresentam taxas menores de nascimento na microrregião ou na macrorregião, pode-se inferir que o número daqueles que frequentam as Ifes dos pequenos municípios do interior apresentam uma proporção superior a 50% de pessoas nascidas e residentes naquela proximidade.

Foi interessante observar que os resultados apresentaram proporções muito próximas para os distintos anos e oscilaram com muita simetria na mesma direção. Esse aspecto chamou atenção, considerando que a base de dados de 2018 é bem maior e acabou inserindo um contingente mais expressivo de municípios com informações estatisticamente mais consistentes. Nesse contexto de grande simetria de resultados, emerge a observação acerca dos resultados milimetricamente superiores, constantes nos dados de 2018, referentes à presença de alunos matriculados que não informaram nascimento, seja no próprio município, seja na microrregião e na macrorregião. Esse dado, sujeito a novas evidências, pode indicar influência do sistema Enem/Sisu e das políticas de assistência estudantil, que, em tese, ajudam no rompimento das barreiras de deslocalização geográfica dos indivíduos de baixo poder aquisitivo.

A tabela 4 apresenta dados de outra fonte, com informações da Unidade da Federação (UF) de nascimento e do município onde os estudantes encontram-se matriculados. Para complementar e reforçar a linha de interpretação anterior, foi realizado um novo cruzamento de dados, com base nos questionários da pesquisa realizada pelo Fonaprace e Andifes (2019), objetivando ampliar o espectro dessa constatação. Conforme a tabela 4, de forma geral, os resultados apontam que a maioria dos alunos estudam em Ifes situadas na própria UF em que nasceram.

TABELA 4  
UF de nascimento dos matriculados nas Ifes (2018)

UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018	UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018
TO	Arraias	10.645	46,18	PA	Capanema	63.639	95,22
RN	Angicos	11.549	87,63	PB	Sousa	65.803	68,99
MG	Rio Paranaíba	11.885	81,02	CE	Russas	69.833	87,69
RS	Cerro Largo	13.289	90,38	PR	Pato Branco	72.370	62,31
CE	Acarape	15.338	73,65	MA	Chapadinha	73.350	86,95
PB	Sumé	16.060	60,57	PI	Picos	73.414	78,02
PR	Realeza	16.338	70,44	MG	João Monlevade	73.610	88,73
SP	Buri	18.563	96,26	MG	Alfenas	73.774	66,29
RN	Caraúbas	19.576	76,69	AM	Coari	75.965	92,93

(Continua)

(Continuação)

UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018	UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018
PB	Cuité	19.978	60,42	RO	Vilhena	76.202	74,07
AP	Oiapoque	20.509	45,53	TO	Gurupi	76.755	46,90
PR	Pontal do Paraná	20.920	74,05	RJ	Três Rios	77.432	81,38
PB	Bananeiras	21.851	75,00	RS	Alegrete	77.653	78,29
PI	Bom Jesus	22.629	60,20	MA	Pinheiro	78.162	84,79
PB	Rio Tinto	22.976	69,38	AC	Cruzeiro do Sul	78.507	86,64
PB	Areia	23.829	68,20	RO	Cacoal	78.574	78,68
SE	Itabaiana	24.481	88,10	PE	Serra Talhada	79.232	79,52
GO	Goiás	24.727	79,01	CE	Quixadá	80.604	86,99
CE	Redenção	26.415	65,38	MG	São João Del Rei	84.469	83,52
MA	São Bernardo	26.476	77,26	GO	Catalão	86.647	64,96
RN	Pau dos Ferros	27.745	58,71	AM	Itacoatiara	86.839	94,09
PR	Palotina	28.683	79,33	PR	Campo Mourão	87.194	52,96
RS	Frederico Westphalen	28.843	80,75	GO	Jataí	88.006	67,91
PR	Matinhos	29.428	76,39	MG	Itajubá	90.658	55,16
ES	Alegre	30.768	70,38	MG	Lavras	92.200	77,55
PR	Laranjeiras do Sul	30.777	73,32	PA	Breves	92.860	96,27
BA	Cachoeira	32.026	88,69	SE	Lagarto	94.861	69,35
PB	Pombal	32.110	57,55	RS	Erechim	96.087	74,78
AM	Benjamin Constant	33.411	97,18	PA	Tucuruí	97.128	86,98
RS	Palmeira das Missões	34.328	90,88	MG	Ituiutaba	97.171	60,86
BA	Amargosa	34.351	93,22	PA	Altamira	99.075	89,68
MG	Ouro Branco	35.268	82,92	PB	Patos	100.674	49,10
PR	Dois Vizinhos	36.179	62,08	MS	Três Lagoas	101.791	31,45
SC	Curitibanos	37.748	75,13	AM	Parintins	102.033	92,65
RS	Itaqui	38.159	82,53	MS	Corumbá	103.703	74,82
RJ	Santo Antônio de Pádua	40.589	84,89	RJ	Rio das Ostras	105.676	79,11
PR	Medianeira	41.817	56,24	MG	Itabira	109.783	80,84
PB	Mamanguape	42.303	78,23	MT	Sinop	113.099	53,39
AM	Humaitá	44.227	81,77	PA	Bragança	113.227	93,12
AL	Santana do Ipanema	44.932	88,78	RO	Ji-Paraná	116.610	82,56
MS	Aquidauana	45.614	87,84	RS	Bagé	116.794	75,95
MG	Monte Carmelo	45.772	73,64	MA	Codó	118.038	93,82
MG	Diamantina	45.880	92,77	SP	Araras	118.843	87,78

(Continua)

(Continuação)

UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018	UF	Município	População total em 2010	Alunos naturais da própria UF (%) 2018
PR	Cornélio Procópio	46.928	33,77	PR	Toledo	119.313	74,24
AL	Delmiro Gouveia	48.096	54,64	PA	Cametá	120.896	97,76
TO	Porto Nacional	49.146	66,18	PR	Apucarana	120.919	53,83
RO	Rolim de Moura	50.648	80,27	MG	Varginha	123.081	76,23
MT	Barra do Garças	56.560	52,26	RS	Uruguaiana	125.435	81,79
PI	Floriano	57.690	72,69	PE	Garanhuns	129.408	85,75
PB	Cajazeiras	58.446	64,34	PE	Vitória de Santo Antão	129.974	94,14
BA	Cruz das Almas	58.606	91,40	MG	Teófilo Otoni	134.745	91,13
AL	Penedo	60.378	87,50	BA	Barreiras	137.427	79,65
SC	Araranguá	61.310	59,83	BA	Teixeira de Freitas	138.341	72,61
RS	São Borja	61.671	78,15	PA	Abaetetuba	141.100	98,56
RN	Caicó	62.709	81,00	PI	Parnaíba	145.705	61,90

Fonte: Fonaprace e Andifes (2019).  
Elaboração dos autores.

Observa-se que não existe um padrão diferenciado por tamanho populacional de município ou por grandes regiões do país. Tanto os municípios com menos de 50 mil habitantes quanto os maiores, sejam do Norte, Nordeste ou demais regiões do país, apresentam resultados, na sua maioria, entre 50% e 90% de naturais da UF. Portanto, corroborando com os dados da tabela 3, os resultados apontam para uma nítida regionalização das áreas de influência de cada um das Ifes.<sup>11</sup>

A interpretação que se depreende desses resultados é a de que a maior ou menor presença de alunos de outras regiões e UFs, conforme tabelas 3 e 4, está muito mais relacionado com a posição e hierarquia funcional do município na respectiva rede urbana regional/estadual/nacional do que especificamente de fatores de mobilidade direta por educação superior. Esses são os casos de municípios situados próximos das áreas que dividem duas ou mais UFs. Considerando a transposição dos limites territoriais das UFs, a regionalização por microrregião e macrorregião não representa uma metodologia adequada de expansão da área de influência regional do município. Isso porque não captam adequadamente a área de influência dos municípios/Ifes quando transcendem os limites de seus estados. Nesses casos, como no exemplo dos municípios de Arraias (TO) e Três Lagoas

11. O ideal para chegar a dados mais conclusivos e refinados sobre a mobilidade para acesso à educação superior e, fundamentalmente, para delinear claramente as principais áreas de influência dos municípios/Ifes, seria a disponibilização, além dos dados de local de nascimento, de informações sobre os últimos estágios migratórios dos alunos. Embora essa pergunta faça parte do questionário Fonaprace e Andifes (2019), infelizmente ela não teve um preenchimento adequado e não foi validada estatisticamente.

(MS), pelo fato de estarem localizados nas proximidades da divisa de seus estados, recebem maior fluxo de estudantes de UFs vizinhas, embora sem envolver grande deslocamento geográfico. Nessa situação, em função da posição e hierarquia funcional do município, esses espaços encontram-se sujeitos à área de influência direta da vizinhança interestadual. No caso de Arrais (TO), como o município faz vizinhança com Campos Belos (GO), é plenamente esperado que uma Ifes em Arrais (TO) – região Norte – seja também muito demandada por moradores de Campos Belos (GO) – região Centro-Oeste. A posição de Três Lagoas não é muito distinta, pois situada na divisa com São Paulo, era de se esperar que sua hierarquia funcional na rede urbana regional também contemplasse uma mediação São Paulo/Sudeste com Mato Grosso do Sul/Centro-Oeste. E, nesse caso em específico, embora não seja objeto de análise neste texto, considerando que no município de Três Lagoas é ofertado o curso de medicina, com grande concorrência e *status* social, também já seria esperado maior mobilidade territorial implícita na componente de demanda.

Desse modo, a principal conclusão é a de que a ida dos *campi* para o interior e também para pequenos municípios ampliou o grau de acessibilidade ao ensino superior para a população local/regional, haja vista que os dados revelaram a predominância de um relativo recorte espacial para a área de influência das Ifes do interior. A interpretação principal para esse fato é a de que as limitações de renda tanto dificultam o deslocamento para grandes distâncias da parcela de alunos com rendimentos médios e baixos (até 5 SMs *per capita*) quanto não atrai para os pequenos municípios aqueles grupos de rendimento superior (mais de 5 SMs *per capita*). Estes últimos, embora não tenham restrições de renda para efetivarem grandes deslocamentos, ficam mais propensos a habitarem e estudarem em áreas mais prósperas, isto é, nos municípios médios e grandes (com mais de 300 mil habitantes). Nesse contexto, também é possível concluir que as políticas de cotas atuam proativamente no sentido de abrir oportunidades para pessoas que habitam o entorno local/regional das Ifes dos pequenos municípios.

Esses resultados corroboram com a ideia de que a oferta de melhores equipamentos e oportunidades de mobilidade educacional nos pequenos municípios funciona como um elemento potencializador das condições de vida local. Nesse caso, pode ajudar a reter a emigração e estimular a imigração e, assim, contribuir (sem determinar) na criação de impactos positivos de renda e diversificação das atividades produtivas. Embora esses resultados possam não ser sentidos de forma tão imediata e, muitas vezes, dependam de outras variáveis, como investimentos e programas de desenvolvimento públicos e privados, de médio e longo prazos, relacionados ao papel e à funcionalidade daquela localidade na sua rede urbana.

## 5 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL E ECONÔMICO COMPLEMENTARES

Um levantamento feito a partir do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e da pesquisa *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil* (IBGE, 2016) revela que, dos 5.565 municípios existentes no Brasil, em 2010, apenas 293 possuíam população superior a 100 mil habitantes. Nesse grupo, muitos municípios fazem parte de arranjos populacionais e concentrações urbanas, permitindo assim filtrar esse total para 184 unidades (singulares e plurais), compostas por municípios isolados<sup>12</sup> ou arranjos populacionais – neste último caso, envolvendo dois ou mais municípios na concentração urbana. Destas 184 unidades, é possível contabilizar 117 que possuíam mais de 150 mil habitantes – totalizando 104.894.517 habitantes – e outras 67 unidades com população entre 100 mil e 150 mil habitantes, respondendo por um total de 7.958.077 habitantes. Juntas, essas unidades representam mais da metade da população brasileira, com um grau de urbanização superior a 90% e aglomeradas, portanto, concentradas em apenas 184 pontos geográficos do enorme território nacional.

Essa caracterização estrutural da distribuição demográfica brasileira revela por si só a fragilidade de sua rede urbana, encerrando uma forte concentração e uma imensa assimetria funcional e hierárquica na distribuição dos equipamentos públicos e privados de uso social e coletivo, na concentração do mercado de trabalho qualificado, na disponibilidade das IES e dos centros de pesquisa, enfim, na distribuição das oportunidades de inserção social. Essa enorme assimetria na produção social do espaço nacional gerou uma disfuncionalidade disruptiva entre o papel das pequenas cidades e das grandes aglomerações urbanas. Como resultante, além do esvaziamento do campo (êxodo rural) ocorrido massivamente entre as décadas de 1960 e 1980, também se constatou grande dificuldade de inserção social e sobrevivência nas pequenas comunidades, que experimentaram recorrentes saldos migratórios negativos nas últimas décadas. Esse é, portanto, o cenário predominante encontrado na maioria desses 110 municípios selecionados.

Para analisar a dinâmica demográfica desses municípios e avaliar um possível impacto da expansão e interiorização das Ifes, foi realizado um levantamento das trocas migratórias. Conforme tabela 5, pode-se notar que trinta desses municípios apresentaram saldos migratórios positivos na década de 2010, coincidindo com o período de maior expansão do sistema de Ifes, inclusive no interior. Embora não se possa afirmar que esse fenômeno esteja relacionado com o avanço das Ifes, pois seria preciso estudar cada caso individualmente, cabe destacar que 14 desses 30 municípios apresentaram saldos migratórios negativos no quinquênio imediatamente anterior (1995-2000). Outra observação relevante é o fato de que na maioria desses municípios o saldo migratório positivo entre 2005 e 2010 é proporcionalmente

12. O IBGE (2016) define esses municípios como isolados em oposição aos arranjos populacionais. Entretanto, entende-se que essa nomenclatura não é muito adequada, visto que não existem municípios literalmente isolados. Uma alternativa seria utilizar municípios singulares em oposição aos arranjos demográficos plurais, que abrangem dois ou mais municípios.



maior do que 50% do resultado líquido de todo o período (2000-2010), revelando ter ocorrido uma aceleração na segunda parte da década. Como no caso de Ituiutaba, que teve os primeiros cursos da UFU ofertados a partir 2007.<sup>13</sup>

Essa análise ainda não pode ser mais assertiva dado ainda o curto espaço de tempo transcorrido. Outra questão que também não pode ser desconsiderada é a particularidade regional e funcional de cada município, como o caso de Rio das Ostras, no litoral Fluminense, que sofre forte e desordenado afluxo migratório em função do crescimento da economia do petróleo. E, para fechar esta linha de raciocínio, é fundamental não olvidar os casos específicos dos municípios localizados nas áreas de expansão da fronteira agropecuária e mineral das regiões Norte e Centro-Oeste, que entraram nas rotas das correntes migratórias no fim do século XX, como o caso de Sinop (MT). Nesses municípios, a presença das Ifes ajuda a dar consistência estrutural no arcabouço urbano.

**TABELA 5**  
**Saldos migratórios e migração líquida – municípios selecionados (1995-2010)**

Municípios	Saldo migratório 1995-2000	Saldo migratório 2005-2010	Saldo migratório 2000-2010
Vilhena	4.383	7.915	10.295
Coarí	-1.679	802	646
Itacoatiara	-1.319	457	713
Oiapoque	1.535	1.378	4.497
Bom Jesus	-604	578	314
Russas	-404	2.750	3.735
Caicó	1.218	665	208
Delmiro Gouveia	-1.995	270	1.055
Teixeira de Freitas	-951	4.370	6.573
Alfenas	1.116	1.253	2.269
Itajubá	-2.611	30	8
Ituiutaba	-4.077	2.521	1.283
Lavras	2.133	2.218	2.748
Ouro Branco	-704	1.996	3.118
Rio Paranaíba	1.030	906	1.328
Varginha	1.216	1.098	3.665
Rio das Ostras	7.495	30.610	50.919
Santo Antônio de Pádua	1.482	348	1.557
Araras	4.063	3.293	6.481
Apucarana	-2.158	2.661	3.376

(Continua)

13. A UFU criou seu primeiro curso fora de sede no município de Ituiutaba, em 2007.

(Continuação)

Municípios	Saldo migratório 1995-2000	Saldo migratório 2005-2010	Saldo migratório 2000-2010
Dois Vizinhos	-3.358	454	340
Matinhos	4.108	4.609	6.085
Palotina	-1.323	537	220
Pato Branco	-1.287	1.525	241
Pontal do Paraná	3.840	3.852	7.193
Toledo	688	5.175	7.767
Três Lagoas	-2.454	7.978	11.949
Sinop	10.789	3.333	14.095
Catalão	1.476	7.330	10.938
Jataí	1.423	807	1.409

Fontes: IBGE (2000b; 2010).

Elaboração dos autores com colaboração de Welber Tomás de Oliveira.

Para encerrar esta discussão, na tabela 6, são apresentados outros 12 municípios que, embora ainda tenham apresentado saldos migratórios negativos no conjunto do período, apresentaram saldos positivos entre 2005 e 2010, podendo estar apontando para uma possível mudança de patamar na funcionalidade urbana regional do respectivo município. Portanto, da amostra de 110 pequenos municípios, 42 apresentaram indicativos demográficos positivos e que deverão ser acompanhados nos resultados do Censo de 2022.

TABELA 6

**Recuperação do saldo migratório – municípios selecionados**

Municípios	Saldo migratório 1995-2000	Saldo migratório 2005-2010	Migração líquida 2000-2010
Rolim de Moura	-4.618	387	-2.505
Lagarto	-1.052	109	-223
Amargosa	-498	208	-156
Barreiras	11.299	1.271	-309
Cachoeira	-1.256	528	-549
João Monlevade	-738	263	-2.123
Três Rios	-2.244	49	-363
Medianeira	-763	570	-837
Realeza	-2.568	40	-1.408
Araranguá	-846	94	-389
Cerro Largo	-497	587	-174
Frederico Westphalen	-2.380	185	-1.010

Fontes: IBGE (2000b; 2010).

Considerando que uma das formas de reter seus habitantes e atrair migrantes é melhorando os indicadores de vida da população, na tabela 7, são apresentados os resultados disponíveis do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), cobrindo o período de 1991 a 2010. O resultado mais evidente é que, em todos os casos, o IDHM de todos os municípios selecionados apresentou uma representativa elevação, passando de um patamar de desenvolvimento humano muito baixo, até 0,499 em 1991, para um novo patamar de desenvolvimento médio (acima de 0,6) e alto (acima de 0,7). Essa mudança de patamar com certeza está ligada aos investimentos educacionais, mas também a fenômenos mais gerais, como o avanço da longevidade e melhoria da renda. Esta última, ligada às políticas econômicas prevalentes do fim da década de 1990 e, em particular, da primeira década do século XXI. Na segunda metade dos anos 1990, a estabilização inflacionária concorreu para minimizar as perdas financeiras dos mais pobres, mas foi sobretudo nos anos 2000 que o avanço das políticas sociais e a valorização do salário mínimo permitiram uma melhoria na distribuição de renda.

Diante desse avanço generalizado do IDHM, resta avaliar sua contribuição para fortalecer a capacidade dos municípios em melhorar a sua inserção na sua rede urbana regional e, assim, atrair investimentos e pessoas para o seu espaço. É difícil realizar uma associação direta, mas a melhoria generalizada do IDHM, antes de ser uma condição, representa um resultado de que ocorreram melhorias no padrão educacional e na renda daquela localidade. Portanto, a proposta é tentar caracterizar como esses fatores em conjunto, associados com a presença e a expansão das Ifes, criaram uma perspectiva positiva nesses espaços urbanos, tornando esses municípios mais competitivos na divisão territorial de trabalho da sua rede urbana regional.

**TABELA 7**  
**IDHM (1991, 2000 e 2010)**

Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010	Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010
Cruzeiro do Sul	0,398	0,510	0,664	Mamanguape	0,309	0,424	0,585
Santana do Ipanema	0,349	0,425	0,591	Rio Tinto	0,345	0,447	0,585
Penedo	0,411	0,495	0,630	Patos	0,436	0,557	0,701
Delmiro Gouveia	0,334	0,436	0,612	Areia	0,332	0,425	0,594
Humaitá	0,296	0,475	0,605	Sousa	0,378	0,508	0,668
Benjamin Constant	0,300	0,389	0,574	Cuité	0,277	0,432	0,591
Coarí	0,312	0,389	0,586	Cajazeiras	0,428	0,528	0,679
Parintins	0,414	0,488	0,658	Vitória de Santo Antão	0,418	0,519	0,640
Itacoatiara	0,408	0,491	0,644	Garanhuns	0,466	0,533	0,664

(Continua)

(Continuação)

Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010	Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010
Oiapoque	0,388	0,537	0,658	Serra Talhada	0,401	0,499	0,661
Teixeira de Freitas	0,378	0,539	0,685	Floriano	0,436	0,558	0,700
Cachoeira	0,399	0,516	0,647	Bom Jesus	0,376	0,486	0,668
Amargosa	0,375	0,487	0,625	Picos	0,427	0,545	0,698
Barreiras	0,408	0,572	0,721	Parnaíba	0,414	0,546	0,687
Cruz das Almas	0,451	0,574	0,699	Pontal do Paraná	0,409	0,622	0,738
Acarape	0,349	0,490	0,606	Matinhos	0,522	0,635	0,743
Redenção	0,349	0,478	0,626	Realeza	0,490	0,639	0,722
Quixadá	0,383	0,524	0,659	Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,706
Russas	0,398	0,527	0,674	Apucarana	0,535	0,669	0,748
Alegre	0,469	0,616	0,721	Toledo	0,539	0,694	0,768
Goiás	0,441	0,563	0,709	Palotina	0,560	0,704	0,768
Catalão	0,533	0,662	0,766	Dois Vizinhos	0,443	0,658	0,767
Jataí	0,497	0,627	0,757	Campo Mourão	0,524	0,675	0,757
Codó	0,301	0,400	0,595	Medianeira	0,545	0,665	0,763
São Bernardo	0,222	0,374	0,572	Cornélio Procópio	0,554	0,689	0,759
Pinheiro	0,346	0,467	0,637	Pato Branco	0,560	0,717	0,782
Chapadinha	0,328	0,420	0,604	Três Rios	0,522	0,627	0,725
Varginha	0,591	0,702	0,778	Santo Antônio de Pádua	0,493	0,611	0,718
Monte Carmelo	0,480	0,603	0,728	Rio das Ostras	0,445	0,620	0,773
João Monlevade	0,548	0,672	0,758	Pau dos Ferros	0,447	0,584	0,678
Itabira	0,505	0,649	0,756	Caraúbas	0,328	0,460	0,638
Ouro Branco	0,564	0,686	0,764	Angicos	0,401	0,528	0,624
Rio Paranaíba	0,429	0,566	0,709	Caicó	0,499	0,613	0,710
Teófilo Otoni	0,440	0,589	0,701	Vilhena	0,498	0,620	0,731
Ituiutaba	0,535	0,653	0,739	Ji-Paraná	0,433	0,564	0,714
Alfenas	0,536	0,675	0,761	Rolim de Moura	0,383	0,559	0,700
Diamantina	0,453	0,602	0,716	Cacoal	0,407	0,567	0,718
Itajubá	0,575	0,691	0,787	Frederico Westphalen	0,536	0,683	0,760
São João Del Rei	0,532	0,673	0,758	São Borja	0,540	0,637	0,736
Lavras	0,545	0,678	0,782	Palmeira das Missões	0,500	0,635	0,737
Aquidauana	0,447	0,556	0,688	Cerro Largo	0,541	0,664	0,764

(Continua)

(Continuação)

Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010	Município	IDHM_1991	IDHM_2000	IDHM_2010
Corumbá	0,509	0,584	0,700	Alegrete	0,524	0,641	0,740
Três Lagoas	0,505	0,630	0,744	Uruguaiana	0,550	0,663	0,744
Sinop	0,500	0,626	0,754	Itaqui	0,504	0,630	0,713
Barra do Garças	0,491	0,631	0,748	Erechim	0,578	0,696	0,776
Capanema	0,425	0,533	0,655	Bagé	0,561	0,659	0,740
Breves	0,284	0,372	0,503	Curitiba	0,514	0,621	0,721
Altamira	0,386	0,534	0,665	Araranguá	0,548	0,666	0,760
Tucuruí	0,421	0,543	0,666	Lagarto	0,341	0,447	0,625
Cametá	0,328	0,432	0,577	Itabaiana	0,362	0,466	0,613
Abaetetuba	0,386	0,501	0,628	Buri	0,379	0,542	0,667
Bragança	0,325	0,458	0,600	Araras	0,573	0,710	0,781
Sumé	0,349	0,469	0,627	Gurupi	0,497	0,610	0,759
Pombal	0,364	0,472	0,634	Arraias	0,338	0,474	0,651
Bananeiras	0,281	0,401	0,568	Porto Nacional	0,424	0,562	0,740

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).  
Elaboração dos autores.

Para avaliar essa possível transformação em curso, foram compilados os dados do mercado de trabalho formal, constatando-se que o número de empregados formais cresceu em todos os municípios e, no conjunto destes, o volume, que era de 661.220 em 2000, saltou para 1.497.267 em 2014, mais que dobrou. Os efeitos da crise econômica que se iniciou a partir de 2014 provocaram a redução do volume total de emprego nesses municípios, que caiu, em 2018, para 1.432.991 empregos formais.<sup>14</sup>

A título de ilustração dos resultados da evolução dos dados de emprego, na tabela 8, foi apresentada a lista de municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego entre 2000 e 2014 e continuaram com taxas positivas entre 2014 e 2018.

14. Avaliações preliminares realizadas nos dados da Relação Anual de Informação Sociais (RAIS) para identificar o impacto direto das Ifes no volume de emprego do município identificaram problemas no registro dessa informação. Ou seja, ocorreram dúvidas se os servidores das Ifes estariam sendo registrados nos municípios dos *campi* fora da sede ou no município da sede. Com isso, foi tomada a decisão de analisar os resultados no conjunto, e não desagregados caso a caso.

TABELA 8  
População e emprego formal: taxas de crescimento (2000-2018)

UF	Municípios	População total 2010	Taxa de crescimento geométrica 2000-2010	Taxa de crescimento do emprego 2010-2006	Taxa de crescimento do emprego 2014-2010	Taxa de crescimento do emprego 2014-2000	Taxa de crescimento do emprego 2018-2014	Emprego total 2018
AM	Benjamin Constant	33.411	3,706	133,09	-15,20	221,22	123,62	2.471
PR	Pontal do Paraná	20.920	3,861	45,65	43,54	408,17	47,02	6.679
PR	Matinhos	29.428	1,982	32,25	30,63	180,63	-14,05	6.737
PR	Palotina	28.683	1,076	26,42	17,80	168,75	30,68	14.722
AM	Coari	75.965	1,249	22,91	-0,96	283,51	28,10	7.836
PB	Rio Tinto	22.976	0,294	29,21	17,73	172,53	15,29	7.434
PB	Mamanguape	42.303	0,875	49,89	16,23	122,26	11,06	9.459
TO	Arraias	10.645	-0,313	-37,65	78,20	419,31	15,21	1.394
PI	Floriano	57.690	0,554	52,18	16,88	181,64	14,24	9.833
MT	Sinop	113.099	4,217	32,68	30,63	174,51	8,65	38.958
PI	Bom Jesus	22.629	3,577	60,27	90,36	532,01	7,55	3.419
PE	Vitória de Santo Antão	129.974	1,005	19,92	34,02	190,26	7,50	24.101
PR	Pato Branco	72.370	1,520	47,59	17,33	151,33	5,92	28.874
AC	Cruzeiro do Sul	78.507	1,531	71,76	27,07	247,57	3,54	8.443
SE	Itabaiana	24.481	-0,292	32,78	33,92	285,50	2,65	15.148
RN	Pau dos Ferros	27.745	1,146	35,28	25,28	153,74	2,64	3.693
PA	Abaetetuba	141.100	1,705	41,58	56,73	301,60	2,02	10.497
PR	Medianeira	41.817	1,008	41,64	39,79	196,72	1,13	18.103
RO	Vilhena	76.202	3,581	35,54	24,44	192,63	1,07	20.592
PB	Patos	100.674	0,931	59,79	24,85	157,31	0,85	4.048
PR	Realeza	16.338	0,195	40,94	34,52	183,53	0,50	3.807
RO	Rolim de Moura	50.648	0,669	15,83	56,81	190,51	0,23	11.108

Fontes: IBGE (2000a; 2010) e Rais – base on-line 2018.  
Elaboração dos autores.

Observa-se que o processo de crescimento do emprego ocorreu em municípios das diversas UFs, tanto naqueles com população bem diminuta, como Arraias (TO), como nos de maiores populações dessa seleção, como Abaetetuba (PA) ou Sinop (MT). Esses casos em específico revelam que a inserção regional do município, e não necessariamente a chegada das Ifes, pode ser o fator explicativo principal. Mas o crescimento em todos os 110 municípios da amostra é um fator relevante que justifica o acompanhamento do fenômeno.

Um caso interessante é o dos municípios aglomerados de Pontal do Paraná e Matinhos, também no Paraná, e de Rio Tinto e Mamanguape, ambos na Paraíba, destacados na amostra. Esses dois agrupamentos de arranjos urbanos apresentaram resultados distintos, embora situados contiguamente na mesma área. No caso do arranjo urbano de Pontal do Paraná/Matinhos, não só o município de Matinhos experimentou menor crescimento do emprego no período de 2000 a 2014, como já apresentou redução do volume total do emprego na crise de 2014 a 2018. Outro ponto interessante refere-se ao caso de Altamira (PA), que, em função da construção da usina de Belo Monte, apresentou, no período, o maior crescimento no emprego formal de todos os 110 municípios, passando de um volume de 10.178, em 2010, para 47.154, em 2014. Mas conforme dados levantados, com o fim das obras, esse volume já caiu para 16.409, em 2018, embora ainda seja, aproximadamente, 60% superior ao volume inicial de 2010 e muito superior aos 3.852 empregados formais de 2000.

Também pode ser destacado o caso do município de Porto Nacional (TO), que apresentou a menor variação positiva no volume de emprego, crescendo apenas 4,87% no período de 2000 a 2014. Entretanto, considerando tratar-se de um município tradicional, com início de povoamento nas primeiras décadas do século XIX e situado em um estado jovem, que construiu uma nova capital e, portanto, reconfigurou sua divisão territorial do trabalho, pode-se dizer que sua trajetória demográfica e econômica se encontra ligada ao longo processo histórico de integração entre o norte do país (Belém) e o centro-sul (São Paulo). Portanto, observando os seus registros de emprego nos diversos anos, entre 2000 e 2006, é possível notar um período de decadência. Entre 2006 e 2018, experimentou uma recuperação representativa de aproximadamente 70%.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou revelar que a expansão do sistema de Ifes e sua interiorização para pequenos municípios de Norte a Sul do país constitui importante política social/regional de inclusão e fortalecimento das redes urbanas intermediárias do interior. A diversidade dos resultados permite interpretar que fatores como renda e desenvolvimento urbano dos municípios influenciam na mobilidade dos

estudantes, assim como a posição e o papel funcional do município na sua rede urbana regional. A própria condição da desigualdade da hierarquia urbana brasileira dificulta o deslocamento dos estudantes no território nacional e, assim, atua no sentido de fortalecer a identidade de cobertura regionalizada dos *campi* do interior. É mister reconhecer que a interiorização das Ifes ajudou a fomentar a aproximação física e transformou em realidade as oportunidades de acesso ao ensino superior para uma parcela de habitantes das pequenas e médias cidades do interior. Esse investimento foi responsável por demarcar no imaginário social das pessoas do interior e suas pequenas comunidades a importância estratégica da educação como um todo e da educação superior, de forma mais específica, no processo de transformação social, desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país e da sua localidade.

Desse modo, a constatação mais relevante foi a de que, no caso dos municípios pequenos, ficou claro que a presença de Ifes no interior abriu oportunidades de acesso à educação de qualidade para pessoas que habitam o município e seu entorno, criando condições para a transformação das assimetrias do mercado de trabalho qualificado. Ou seja, mesmo considerando as oportunidades de mobilidade criadas no sistema unificado de seleção (Enem/Sisu), os dados revelaram que os estudantes buscam preferencialmente um *campus* próximo do seu local de moradia. Com base na informação de local de nascimento, estratificada por município, microrregião, macrorregião e UF, ficou demonstrado que os estudantes cursam predominantemente as Ifes no próprio estado de nascimento e, em menores graduações, os demais recortes geográficos. Portanto, ficou claro que a interiorização do sistema de Ifes abre oportunidades para uma população que habita áreas distantes dos grandes centros demográficos e econômicos, gerando efeitos positivos sobre seu entorno espacial. Também foi possível afirmar que as diferenciações regionais podem indicar algum padrão regional de mobilidade relacionado com as Ifes ou cursos ofertados, mas na essência, *o estudo procurou demonstrar a predominância absoluta da opção/restrrição dos estudantes de estudar o mais perto do local de moradia, demonstrando que o fator renda pode estar provocando uma função limitativa na escolha da Ifes e, conseqüentemente, freando uma maior mobilidade espacial. Assim, quando as Ifes deslocam seus cursos para o interior e em direção às áreas menos desenvolvidas da rede urbana brasileira, a demanda dos estudantes que pertencem aos grupos de maior rendimento reduz-se proporcionalmente, ampliando efetivamente as condições de acesso para os habitantes do entorno regional e para a maior efetividade das políticas de cotas. Estudos futuros poderão ratificar melhor esse resultado com base em dados compilados a partir do último local de moradia, e não apenas com base no local de nascimento.*

Assim sendo, tendo por base outras pesquisas que já revelaram que o perfil de renda dos estudantes das Ifes, principalmente nas menores cidades, é predo-



minantemente de até 3 SMs médio mensal *per capita*, pode-se concluir que o condicionante baixa renda familiar dos estudantes passa a ser uma restrição importante na mobilidade, mesmo para os cursos de mais prestígio. Com isso, nos pequenos municípios e entorno, a tendência é que o perfil de distribuição de renda local/regional seja reproduzido entre os matriculados nas Ifes. Por isso, a principal conclusão é a de que o crescimento expressivo das matrículas das Ifes nos municípios do interior, conforme mostrado neste texto, criou uma força de mobilização reversa sobre os saldos migratórios desses municípios. Embora não tenha sido possível demonstrar que o fator Ifes isoladamente foi suficiente para inverter a força de atração dos grandes centros e aglomerações urbanas nacionais, dominante na rede urbana brasileira, seja na atração de pessoas e empresas, seja na oferta de melhores oportunidades de entretenimento sociocultural e empregos, ficou claro que foram abertas oportunidades quantitativas e qualitativas para a gestação de um novo ambiente de desenvolvimento no interior.

Ficou demonstrado que a espacialização dos municípios que abrigam *campi* de Ifes revelou a imensa penetração para o interior do ensino superior, com um expressivo número de 315 municípios/aglomerações urbanas com população total inferior a 750 mil habitantes. Nesse contingente também foi destacado que em 231 dessas localidades, a população total não chega aos 100 mil habitantes. Portanto, é preciso ressaltar que são experiências, na sua maioria, ainda incipientes e, nesse sentido, exigem um cuidado especial de acompanhamento, estímulo e investimentos para assegurar os resultados almejados.

Faz-se importante afirmar que as Ifes sozinhas não irão transformar as assimetrias regionais e sociais brasileiras, mas que sua expansão e presença no interior criam inegáveis forças transformadoras e geram expectativas positivas de desenvolvimento para a população do entorno. Reconhecer a contribuição dessas iniciativas, aperfeiçoá-las e dar a elas condições adequadas de funcionamento e consolidação passa a ser uma tarefa estratégica para pensar o futuro da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). **Diário Oficial**, Brasília, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3EZVA54>>. Acesso em: 24 set. 2021. \_\_\_\_\_. **Análise sobre a expansão das universidades federais de 2003 a 2012**. Brasília, 2012. 55p.
- BERQUÓ, E. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: Unicamp; Population Studies Center, 2001. p. 13-33.

CAMARANO, A. A. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 43-77.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S., FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 81-116.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global, 1985.

CARNOY, M. *et al.* **Expansão das universidades em uma economia global em mudança: um triunfo dos BRIC?** Brasília: Capes, 2016.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2XUUNBu>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CUNHA, J. M. P.; AZEVEDO, M. M. Demographic and socio-cultural aspects of population mobility in Brazil. *In*: HOGAN, D. J. (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives.** Campinas: Population Studies Center, 2001. p. 35-49.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem concentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/3zFDr8z>>. Acesso em: 24 set. 2021.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS; ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **IV Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos graduandos da Ifes.** Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibfW1v>>. Acesso em: 27 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) da Ifes – 2018.** Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lVQmOM>>. Acesso em: 27 set. 2021.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade.** São Paulo: Moraes, 1986.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1962.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**: Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**: Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Região de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**: Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INEP. **Inep Data**: número de vagas e inscritos da educação superior. Brasília: Inep, 2018.

ALUNOS pretos e pardos são os que mais ganham com Lei de Cotas. **Jornal Valor Econômico**, Caderno Especial, Ano 20, n. 4768, A 12, 8-10 jun. 2019.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 0, p. 161-192, 2012.

MOTTA, D. M. (Org.). **Configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2002a. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 1).

\_\_\_\_\_. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2002b. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 2).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2002c. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, v. 3).

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo: Zahar, 1972.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 51, p. 367-394, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XOQ6Ja>>. Acesso em: 27 set. 2021.

OLIVEIRA, A. L. M. **Educação superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. *et al.* (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: Unicamp, 1993. p. 25-52.

PERROUX, F. Economic space: theory and applications. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 64, n. 1, p. 89-104, Feb. 1950.

\_\_\_\_\_. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1966.

PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 449-479, ago. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3kIsChH>>. Acesso em: 27 set. 2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3ijLJ02>>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOUZA, R. C. **O papel do gasto público na interiorização do urbano no semiárido nordestino**: o caso de Pau de Ferros – RN e de sua região após 2000. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior encaminhada ao senhor presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pela Andifes**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3AEKDTR>>. Acesso em: 24 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Programa de expansão, excelência e internacionalização das universidades federais**. Brasília, abr. 2012. p. 1-24. Disponível em: <<https://bit.ly/3u9wgEA>>. Acesso em: 24 set. 2021.